

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, em ambiente virtual, a partir das quinze horas e trinta minutos, a presidente Milene da Silva Weck Terra, iniciou a **1ª Sessão Plenária Ordinária do ano de 2021. Conselheiros presentes:** Milene da Silva Weck Terra, Natali Lopes do Nascimento Tóttola, Aliandra Monteiro da Silva, Sandra Regina Rizzo Boina Santi, Eliete Gonçalves Santiago Lima, Rosalina Tellis Goncalves, Welington Tobias Pereira, Katia Gomes Rosalino, Jocelino da Silveira Quiezza, Janete Barbarioli, e Luciana Barcelos. **Justificativa de Ausência:** Mardilho Ferreira dos Santos. **Desenvolvimento da Plenária:** A presidente Milene Terra, iniciando os trabalhos, cumprimentou os conselheiros presentes, dando-lhes boas vindas e externando seu desejo de que o ano de 2021 seja de muito trabalho e sucesso para o Conselho Municipal de Educação de Aracruz. Em seguida, apresentou a nova assessora Técnica do CMEA, professora Rosa Maria Ghidette Rocha e registrou a presença, ainda na condição de convidado/ouvinte, do Professor João Porto, da Ufes. A presidente explicou que o nome dele deverá ser referendado pela Universidade como novo representante do segmento “Instituições de Ensino Superior”. Acrescentou que algumas mudanças na composição do CMEA serão necessárias em função, principalmente, do início da nova administração municipal. Como informe geral, a presidente informou sobre a reunião da Uncme que contou com a presença da Dra. Maria Cristina, do Ministério Público Estadual. Essa reunião serviu para alinhar as informações, algumas distorcidas, acerca das orientações para a oferta de aulas presenciais nas escolas, em relação aos protocolos sanitários já divulgados. Destacou a responsabilidade que cabe ao Conselho e propôs que o CMEA se dedique ao assunto, com base na Resolução publicada e no atual contexto de proliferação da Pandemia. Destacou, ainda, que o segmento da Educação não foi contemplado como prioritário e que o ritmo da vacinação está muito lento, com menos de 1% da população já atendida pela imunização. Passando ao terceiro ponto de pauta, que trata da avaliação do cumprimento dos protocolos sanitários no retorno dos profissionais de educação ao trabalho presencial, a presidente asseverou ter recebido denúncias de que algumas escolas não cumpririam as providências elementares de prevenção. Relatou também a ausência de oferecimento de serviço de Internet em algumas escolas e também a falta de computadores para utilização dos professores. Com esse cenário ficaria difícil justificar a presença dos profissionais nas escolas. Relatou o seu receio de que essa carência de protocolos possa se refletir num atendimento parecido em caso do retorno, mesmo que em sistema híbrido, dos alunos. Em

seguida, projetou para todos a Resolução CMEA 08/2020, que regulamenta o retorno das atividades escolares nas unidades educacionais do município. Destacou a preocupação da Administração em providenciar uma plataforma de suporte às atividades escolares. Fez questão de destacar que as providências e protocolos devem obedecer às características de cada unidade escolar. Destacou a exigência da cobertura vacinal para o retorno presencial. Chamou a atenção para o fato de que a presença dos professores nas escolas, mesmo que somente para planejamento, constituiria uma atividade escolar e, portanto, deveria estar sujeita aos protocolos de segurança sanitária. Projetando um novo documento, mostrou que o município não cumpriria com as determinações do CNE. Esse fato é decorrente, principalmente, da opção por seguir as determinações do Estado que, segundo a presidente, não têm considerado o atual contexto da pandemia no Espírito Santo. Leu também um documento da Fundação Oswaldo Cruz, que indica que 10%, pelo menos, dos alunos moram em companhia de idosos. Mostrou dados atualizados da RT no estado e da ocupação dos leitos de UTI no Espírito Santo, inclusive em Aracruz, variando sua ocupação entre 90 e 100%. Explicitou os indicadores (em número de sete) que devem nortear as decisões que envolvam as providências de enfrentamento da Covid-19, com o retorno às aulas aí incluído. Afirmou que o ES somente atende, de forma sistemática, a dois desses indicadores. Referindo-se ao inquérito sorológico, mostrou um quadro bastante preocupante, que se torna mais grave se considerarmos que o inquérito foi realizado antes do novo pico da pandemia. Tomando a palavra, a conselheira Eliete relatou a angústia de todos com a situação, principalmente dos representantes classistas, que estão visitando as unidades escolares do município e têm verificado a completa impossibilidade de algumas unidades receberem alunos e professores. Citou, como exemplo, o CMEI Cinderela e a EMEF Zilca Bermudes. Destacou que além de problemas de estrutura física e de materiais de higienização e de trabalho, temos ainda as questões das comorbidades dos profissionais da educação. A falta de serviço de internet e EPI's, etc. demonstra ser muito complicado o retorno das aulas presenciais no momento atual. Segundo ela, não haverá cumprimento integral dos protocolos e portanto, não haverá condições de retorno seguro. Defendeu o envolvimento do MP para a defesa da integridade dos profissionais. Sugeriu que seja elaborado um cronograma de visita dos conselheiros aos diversos ambientes escolares. Em seguida, o conselheiro Jocelino Quiezza trouxe a informação de que a comunidade indígena já foi vacinada e os caciques farão um levantamento dentro das aldeias para deliberarem sobre a conveniência

do retorno das aulas presenciais. Disse ser sua impressão que os caciques estariam bastante relutantes, tendendo a aguardar a segunda dose da vacina e a cobertura total da imunização. Lamentou o preconceito da sociedade quanto a inclusão dos indígenas no primeiro grupo de risco. Destacou que proporcionalmente o número de óbitos nas aldeias já supera as mortes no grupamento geral, não indígena. Eliete sugeriu ainda que a SEMED elabore um cronograma de retorno, planejando todas as ações necessárias ao retorno seguro e correta utilização dos recursos disponibilizados para o trabalho remoto. A conselheira Kátia lembrou que o CMEA fez visitas às escolas particulares para liberação das atividades escolares e questionou se acontecerá o mesmo em relação as escolas públicas. A presidente afirmou desconhecer o protocolo criado pela vigilância sanitária e destacou a importância de uma reunião com a secretaria de saúde, para discussão desse documento. Destacou que o CMEA participará ativamente das decisões, como é sua atribuição e se necessário, criará uma nova resolução para o tema. A assessora técnica do CMEA, Rosa Maria Ghidette Rocha, alertou para uma colocação da conselheira Sandra, enviada via chat. O visitante Professor João pediu licença para externar sua opinião. Concedida a permissão, o professor disse entender que se há um documento que normatiza a volta às aulas, o CMEA deveria fazer cumpri-lo. Não haveria necessidade de elaboração de um novo documento. Disse que as experiências até agora conhecidas de retornos das atividades foram absolutamente negativas, com muita desorganização e pouco controle. Relatou diversos casos e mostrou a ineficácia dos protocolos assumidos. Ainda pelo chat, a conselheira Sandra julgou ser necessária a reunião com a SEMED. Já a conselheira Rosalina manifestou sua opinião sobre a completa impossibilidade do retorno das aulas presenciais no momento atual, devido a falta de condições sanitárias. A conselheira Natali Tóttola manifestou-se em apoio ao professor João Porto, destacando que os protocolos não garantem segurança de forma integral e defendeu que fossem acatadas as suas sugestões. A conselheira Aliandra destacou ser muito importante que o conselho se posicione contra o retorno das aulas, no formato presencial. A presidente, consultando o grupo de conselheiros sobre a possibilidade de retorno das atividades presenciais em 01 de março, obteve unânime resposta de que não, não haveria condições. A presidente informou ainda que será remetido um documento para a SEMED em que o CMEA posiciona-se absolutamente contrário ao retorno, solicitando a urgente criação de uma comissão para tratar do assunto e incluirá nessa discussão a Secretaria de Saúde. Paralelamente, será programada um momento de

encontro virtual, uma "live" com os professores, em parceria com outras entidades. A conselheira Katia sugeriu que fosse formada uma comissão de cada escola para participação no encontro, mas a ideia da "live" aberta prevaleceu. Ficou definido o dia 24 de fevereiro, às 16 horas, para a realização dessa live. O conselheiro Wellington sugeriu que seja citado no documento a ser enviado à SEMED e à SEMSA o trabalho da Comissão Especial que tratou da Educação na Pandemia. Ficou agendada uma reunião da Comissão Especial de Educação na Pandemia para a segunda feira, dia 22, às 15:30, em ambiente virtual. Nada mais havendo a tratar, a presidente Milene da Silva Weck Terra encerrou a Sessão Plenária às 18 horas e Eu, Sergio Faria de Azevedo, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos presentes.

Sandra Regina Rizzo Boina Santi Sandra Rizzo

Aliandra Monteiro da Silva Aliandra Monteiro

Luciana Barcelos \_\_\_\_\_

Katia Gomes Rosalino \_\_\_\_\_

Janete Barbarioli \_\_\_\_\_

Natali Lopes do Nascimento Tottola \_\_\_\_\_

Jocelino da Silveira Quiezza Jocelino S. Quiezza

Eliete Gonçalves Santiago Lima \_\_\_\_\_

Wellington Tobias Pereira Wellington Tobias

Milene da Silva W. Terra \_\_\_\_\_

Rosalina Tellis Gonçalves \_\_\_\_\_